



ARTIGOS - ARTICLES

**A influência da medicina oriental na Europa moderna:
o caso do bálsamo de Gileade**

Marina Juliana de Oliveira Soares

Doutora em História Social
Universidade de São Paulo

oliveiras.mari@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende analisar a influência de uma substância de origem oriental na medicina europeia moderna. O bálsamo de Gileade ou bálsamo de Meca, como ficou conhecido, foi descrito por autores leigos e médicos, e demonstra as trocas que ocorriam entre cristãos e muçulmanos no âmbito da medicina. Atrelado a tal discussão, busca-se verificar se o fato de o bálsamo ser cultivado em regiões de domínio islâmico durante esse período gerava críticas por parte dos europeus.

Palavras-chave: bálsamo de Gileade; medicina; Egito; Império Otomano; Europa moderna.

*The influence of oriental medicine in modern Europe:
the case of the balm of Gilead*

Abstract: This paper aims to analyse the influence of a substance of oriental origin in the modern European medicine. The balm of Gilead or balm of Mecca, as it became known, was described by lay authors and doctors, and demonstrates the exchanges that occurred between Christians and Muslims in the medical field. Related to this discussion, we seek to verify whether the fact that balm was cultivated in regions of Islamic domain during this period generated criticism from Europeans.

Keywords: balm of Gilead; medicine; Egypt; Ottoman Empire; Modern Europe.

Introdução

Os contatos e relações entre cristãos e muçulmanos remontam ao período medieval, momento em que os árabes muçulmanos tomaram e conquistaram a Península Ibérica a partir de 711. Desde então, as representações e descrições sobre os muçulmanos feitas pelos cristãos revelavam um tom pejorativo sobre o Islamismo, em especial, sobre o profeta Muhammad (c. 570-632 d.C.). O mensageiro da religião revelada entre os beduínos árabes era visto como um falso profeta, e era acusado de utilizar a violência e demonstrar seu “apetite sexual” (TOLAN, 2019, p. 89).

No início da modernidade europeia, contudo, as imagens e discursos sobre os muçulmanos sofreram alterações, e isso se deveu, em grande medida, às inúmeras viagens que europeus empreendiam ao Magrebe, ao Império Otomano e à Pérsia. Os interesses desses deslocamentos eram variados, e abarcavam desde intentos aventureiros até esforços comerciais e diplomáticos. Em terras islâmicas, em especial naquelas dominadas pelos turcos, o fluxo comercial era intenso, de modo que tais relações abrangiam, por um lado, Pérsia e Índia e, por outro, França, Inglaterra e Veneza. Nessa última, era possível encontrar “comerciantes muçulmanos da Bósnia, Istambul e mesmo de Ancara”, em “números consideráveis” (FAROQHI apud FIRGES, 2014, p. 33-34). Capital do então Império Otomano, Istambul era nessa época “um imã comercial para mercadores de todo o mundo e o motor político do império” (BOYAR, FLEET, 2010, p. 1).

Além dessas razões, há que se ressaltar as trocas médicas que ocorriam em torno do Mar Mediterrâneo. Considerando que doenças há muito conhecidas continuavam a grassar na Europa, e outras se disseminavam a partir do contato com povos estrangeiros, era preciso buscar alternativas terapêuticas. Esses intercâmbios de conhecimentos médicos entre cristãos e muçulmanos eram correntes. Há episódios documentados pelas fontes, e um deles se refere à delegação de Marrocos que viajou para Amsterdã em 1648, em busca de solução para a doença nos olhos desenvolvida pelo pai de Sidi ‘Abdallah. Com a recusa de um cirurgião, a delegação se dirigiu à Corte holandesa, requisitando que esse médico “pagasse de volta o adiantamento que havia recebido” (MATAR, 2009, p. 24). Após passar o verão e o outono em terras europeias, os marroquinos voltaram para casa e alega-

ram ter “aprendido sobre práticas médicas e jurídicas do seu país anfitrião” (MATAR, 2009, p. 24).

No início do período moderno, novas substâncias passaram a fazer parte do comércio entre a Europa e o Oriente, mas um desses produtos possuía uma presença mais antiga nas terras europeias. O lucrativo comércio de especiarias data aproximadamente do ano 1000 (FREEDMAN, 2008, p. 1). Dentre essas, as mais comercializadas eram “pimenta preta, canela, gengibre e açafrão” (FREEDMAN, 2008, p. 11). Noz-moscada e cravo, embora fossem mais caros, também compunham a lista de especiarias negociadas. Desse modo, ainda que fossem consumidas por classes mais abastadas, as especiarias se tornavam uma substância presente nas casas europeias, servindo para diferentes finalidades: “para conservação de carne, como condimentos, perfumes e remédios” (CHAKRABARTI, 2014, p. 1).

O que pretendo abordar nesse artigo, portanto, é a face positiva das relações entre cristãos e muçulmanos, em particular, os conhecimentos de origem oriental que influenciaram a prática médica europeia. A substância que será foco de análise aqui possuía uma origem antiga, com menção na Bíblia: trata-se do bálsamo de Gileade ou bálsamo de Meca. Há indicação dessa substância em muitos autores fixados na Europa ou que viajaram para regiões islâmicas desde, pelo menos, o século XVI. As páginas que seguem buscam explorar uma dessas referências de modo mais profundo: o ensaio escrito pelo inglês John Cartwright, em 1760.

Origens do bálsamo de Gileade

Como defende Elly Truitt, o termo “bálsamo” abarca uma série de possibilidades semânticas, ou seja, refere-se a um “óleo perfumado ou unguento usado para unção e embalsamamento dos mortos, uma substância usada para curar feridas e aliviar a dor, e que tem essência conservante” (TRUITT, 2009, p. 715). Diante disso, e para evitar possíveis confusões sobre a descrição da planta entre os europeus, é importante lembrar que o bálsamo sobre o qual John Cartwright escreveu era chamado de “bálsamo de Gileade” ou também de “bálsamo de Meca”. Foi o botânico sueco Carl von Linné ou Linnaeus (1707-1778) quem indicou que “*C. opobalsamum* era um sinônimo de *C. gileadensis*” (MURTHY, 2022, p. 422). Já o botânico francês Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708) empregara anteri-

ormente o termo *opobalsamum* para se referir a essa planta (TOURNEFORT, 1717, tome II, p. 155-156).

Há, ainda, um outro ponto relevante que ajuda a trazer luz para essa discussão. Há especialistas que defendem a origem iemenita da *Commiphora gileadensis*, uma vez que a rainha de Sabá teria presenteado o rei Salomão com essa planta, que passou a ser cultivada, então, na Bacia do Mar Negro. Em outras palavras, o bálsamo de Gileade que cresceria na Judeia e seria cultivado durante mil anos em torno do Mar Negro, sendo usado como incenso, perfume e recurso medicinal, tinha origem longe dali, no Iêmen (BEN-YEHOSHUA, BOROWITZ, HANUŠ, 2012, p. 51).

Importante fazer um breve esclarecimento. Atualmente, a espécie *Commiphora opobalsamum* ou *Commiphora gileadensis* é tratada como um “falso bálsamo”, já que não apresenta as características químicas de um bálsamo, como o “ácido benzoico ou cinâmico” (MURTHY, 2022, p. 420). Desse modo, essas espécies que até então eram consideradas bálsamos são hoje classificadas como oleorresinas. Contudo, como tal discussão não era empreendida nas fontes históricas aqui examinadas, usarei o termo bálsamo para fazer menção à planta em questão.

Os registros sobre o bálsamo de Gileade podem ser encontrados em diferentes passagens da Bíblia cristã. Logo no Gênesis, 37:25, é possível ler: “Erguendo os olhos, eis que viram uma caravana de ismaelitas que vinha de Gallad. Seus camelos estavam carregados de alcatira, de bálsamo e ládano que levavam para o Egito” (BÍBLIA, 2002, p. 83). Em Jeremias, 8:22, também testemunhamos uma referência a essa planta: “Não há bálsamo em Galaad?” (BÍBLIA, 2022, p. 1381). Esse versículo é especialmente interessante porque a “Bíblia Sagrada” traduzida para o inglês, no século XVI, também ficou conhecida como “Bíblia da teriaca”, já que essa passagem de Jeremias anunciava: “Não há teriaca em Gileade? Não há médico lá? Por que, então, a saúde do meu povo não é recuperada?” (HOLIE BIBLE, 1568, p. cvii). A região de Gileade apontada na Bíblia apresenta uma configuração montanhosa, e localizava-se a “leste do rio Jordão”, compreendendo a porção “entre o lago da Galileia até à extremidade norte do Mar Morto” (SCHMITT, 2021, p. 61).

Mas, ainda que houvesse tais referências cristãs, durante a Antiguidade e o período medieval, o bálsamo era visto como uma “planta nativa do ‘Oriente’, significando, nesse caso, a “Arábia, o Egito ou a Terra Santa” (TRUITT, 2009, p.

714). Sobre isso, cumpre ressaltar as informações sobre essa planta registradas em um dos livros mais influentes sobre ervas. Na obra “De Materia Medica”, o grego Dioscórides (c. 40-c. 90) colocava como sinônimos os termos *opobalsamum* e “bálsamo de Gileade” ou “bálsamo de Meca” (DIOSCORIDES, 2000, p. 23). No mesmo século em que escreveu Cartwright, o médico sueco Frederik Hasselquist (1722-1752), ao viajar para o Levante islâmico, afirmava que “todos” sabiam que “o bálsamo vem de Meca”, e que, naquele momento, a árvore ficava sob a vigilância dos guardas turcos (HASSELQUIST, 1766, p. 295).

Nas regiões islâmicas, o bálsamo [*balasān* em árabe] também era matéria de interesse. Contudo, é importante registrar que muitos escritores acreditavam que o verdadeiro bálsamo era o que tinha origem em Matarea, no Egito, e se diferenciava, portanto, das árvores na Arábia (MILWRIGHT, 2003, p. 204). Um dos autores a mencionar essa planta em seus escritos foi o cronista egípcio Ibn Iyas (1448-c.1524), que afirmava ser o bálsamo “negociado por seu peso em ouro” (MILWRIGHT, 2021, p. 3). Esse alto valor se explicava por sua raridade, e, como consequência, os jardins em que a planta crescia, Matarea no Egito, recebiam a proteção de seu sultão, “que também controlava o fornecimento dos produtos extraídos das árvores” (MILWRIGHT, 2021, p. 3). Cabe apontar ainda que uma das mais importantes obras médicas produzidas na sociedade islâmica, o “Cânone de Medicina”, do polímata persa Ibn Sīnā (980-1037) – cujo texto foi dividido em cinco livros –, trazia informações sobre o bálsamo principalmente nos livros dois e cinco. Na “seção farmacológica”, o bálsamo era colocado entre as “drogas adstringentes” e definido como uma substância que “poderia aquecer sem purgar o corpo” (MILWRIGHT, 2021, p. 212). Esse livro receberia tradução para o latim e circularia pela Europa nos próximos séculos.

Tratado sobre o bálsamo

O panfleto que será objeto de análise nesse artigo foi escrito em 1760 pelo autor John Cartwright. O escritor não forneceu qualquer informação pessoal sobre sua vida, e a única indicação que aparece atrelada ao seu nome é “cavalheiro” [*gentleman*]. Afora a dificuldade em se encontrar dados biográficos sobre ele, é preciso ressaltar a existência de outro John Cartwright (1740-1824) na Inglaterra desse período, cuja vida pública é mais conhecida. Trata-se de um oficial da mari-

na que se destacou por suas ideias radicais de reforma política, dentre elas, o sufrágio universal masculino, “eleições anuais e voto secreto” (OSBORNE, 1972, p. 139). Contudo, ao examinarmos as obras desse oficial, cujo teor é essencialmente político, não encontramos o ensaio sobre o bálsamo ou sobre qualquer tema relacionado à botânica ou à medicina. Diante do exposto, é possível considerar que o nosso autor fosse um anônimo, vivendo no interior da Inglaterra – como ele indicou no seu texto – e que publicou somente esse panfleto.

No texto, cujo título é “An Essay upon the Virtues of Balm of Gilead”, Cartwright buscou descrever a “essência desse nobre remédio” e apontar orientações sobre como utilizá-lo. Como ele indicava, “diferentes autores” já haviam escrito sobre o assunto, e esse foi um fator que contribuiu para elevar tão fortemente suas ideias a respeito dessa panaceia (1760, p. 9). Cartwright definia assim a planta: “O *Bálsamo de Gileade, Judeia*, também chamado *Oprobalsamum, Bálsamo egípcio, ou Bálsamo do Grande Cairo*, é um bálsamo líquido branco de uma árvore pequena ou arbusto que originalmente crescia apenas no Vale do Jericó, mas, desde que parte do mundo ficou sujeito aos turcos, eles o transplantaram para vários lugares (CARTWRIGHT, 1760, p. 15).

Além de consultar a literatura, o autor afirmava ter visitado um “dos principais boticários em Londres” com a intenção de conseguir “uma libra do bálsamo genuíno” (1760, p. 9). Mesmo sabendo que o bálsamo era frequentemente falsificado, como veremos adiante, ele comprou “quatro onças” da planta (1760, p. 10). O nome desse boticário não foi mencionado ao longo do texto, mas Cartwright apontou quatro fontes que contribuíram na construção de suas reflexões.

Respeitando-se a ordem em que os sobrenomes foram citados, o primeiro foi John Quincy (morto em 1722), um boticário inglês que recebeu o título de M.D. [Doutor em medicina, em latim] de uma Universidade de Edimburgo (WHALEY, 2011, p. 251). Considerando as publicações sobre ervas e drogas nesse momento, na sequência, temos provavelmente o nome de Joseph Miller que, pela dedicatória do seu “*Botanicum officinale*” (1722), também era boticário.

Depois, foi citado Pierre Pomet (1658-1699), droguista e boticário francês, que escreveu sobre o bálsamo no seu “*Histoire Generale des drogues*”, publicado originalmente em 1694. E, por fim, Nicolas Lemery (1645-1715), que também era boticário francês e que escreveu sobre o bálsamo em seu “*Dictionnaire ou traité universel des drogues simples*” de 1698. Um dado a ser ressaltado em relação a

esses dois últimos autores é o fato de se referirem à planta como “bálsamo da Judeia” (POMET, 1694, p. 275) ou “Bálsamo Judaico” (LEMERY, 1698, p. 89).

Na Inglaterra do início da modernidade, também encontramos publicações que já mencionavam o bálsamo de Gileade. Dentre os primeiros dicionários médicos publicados na Inglaterra do século XVII¹, encontramos “A Physical dictionary”, de 1657. Nele, o verbete sobre bálsamo o definia como “um licor ou suco precioso” que crescia “no Egito e em alguns lugares da Terra Santa” e que atuava contra cicatrizes e “muitos outros propósitos: mas é muito caro e difícil de ser obtido” (1657, s/p). O tom elogioso também era marca do “dispensário londrino”, obra patrocinada pela Faculdade Real de médicos [*Royal College of physicians*] e que teve a primeira edição em 1618. Na seção “gommas”, o “*Bálsamo Gileadense, Judaico, Siríaco*” era descrito como de cor amarela e de gosto amargo, mas com um perfume doce e delicado. No texto, acrescentava-se: “é o principal entre os óleos e bálsamos em todo o mundo” (SALMON, 1682, p. 156). Obras médicas do período moderno europeu continuariam a citar o bálsamo de Gileade.

O panfleto, como o autor o nomeava, é bastante sucinto, e conta com 26 páginas. Como Cartwright apresenta logo na primeira página, o bálsamo era um “Grande restaurador da natureza”, pois atuava eficazmente contra inúmeras doenças, ou seja, consistia em uma panaceia (1760, p. 1). Por suas múltiplas funções, o bálsamo era reconhecido por superar “todas as outras coisas conhecidas na medicina” (1760, p. 1). Em virtude da já divulgada excelência no tratamento de tantas doenças, o autor assinalava seu temor em parecer um charlatão (1760, p. 1).

A indicação de que muitos escritores já haviam expressado opinião positiva sobre o bálsamo nos leva a inferir sobre a disseminação e provável popularidade dessa substância na Europa. E, de fato, é possível encontrar um maior interesse por esse bálsamo entre os autores da modernidade. As primeiras descrições sobre a planta da qual o bálsamo era extraído remetiam a duas publicações do médico e botânico italiano Prospero Alpini: o tratado “De balsamo dialogus”, de 1591, e “De Plantis Aegypti liber”, de 1592 (SAKHININI, 2021, p. 24). Inclusive, é nesse

1 O primeiro dicionário médico publicado na Inglaterra, “The breuiary of helthe for all maner of syckenesses and diseases”, de Andrew Boorde, data de 1547, e trazia o termo “goma” [Gūme arabick], não indicando o “bálsamo de Gileade”. Sobre isso, ver Boorde, 1547: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo2/A16466.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Já no século XVII, “The practice of physick”, de 1655, uma tradução a partir da obra de Lazare Rivière (1589-1655), indicava o termo bálsamo, mas sem apontar sua origem ou características. Ver Culpeper, Cole, Rowland, 1655: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo2/A57358.0001.001?rgn=main;view=fulltext>.

último livro que se pode verificar um desenho do “bálsamo de Meca”, como também era conhecido (DALBY, p. 32-33).

No “Aviso” (*Advertisement*) inserido no ensaio, Cartwright indicou a quem havia confiado seu texto para posterior publicação: George Kearsly (1739-1790), livreiro em Londres. Como resposta, o autor recebeu uma carta em que Kearsly o informava sobre um amigo, que estudara química quando mais jovem, e que conhecia o processo de “extração do bálsamo de Gileade” (CARTWRIGHT, 1760, p. 5). Diante disso, o livreiro enviara um amostra de tal extração para Cartwright, além de uma “placa de cobre” gravada com a árvore do bálsamo, de acordo com orientações do autor. A imagem “Um janízaro guardando a árvore do bálsamo” pode ser verificada abaixo².



Cartwright, 1760

O autor não explicou nas páginas seguintes por quais razões a árvore de onde se extraía o bálsamo ficaria protegida por soldados, no caso, os janízaros. Foi o botânico francês Joseph Pitton de Tournefort quem fez esclarecimentos sobre esse ponto. No livro “*Traité de la matière medicale*”, Tournefort dedicou um capítulo sobre o bálsamo, no qual descreveu de forma detalhada o “verdadeiro bálsamo” que crescia na Síria, no Egito e em Meca (TOURNEFORT, 1717, p. 155-156). Ele acrescentava que a árvore era cultivada em “loais cuja entrada é proibida aos cristãos por ordem do Imperador dos Turcos que envia soldados e

² Essa ilustração é idêntica à publicada por Pierre Pomet, 1694, p. 275.

um Comandante para a guarda permanente dessa planta” (TOURNEFORT, 1717, tome II, p. 156-157). O já citado médico sueco Hasselquist também afirmava que algumas famílias árabes guardavam tais árvores como “tesouros valiosos” (HASSELQUIST, 1766, p. 296).

Após essa carta, Cartwright viajou até Londres com a intenção de conversar com o amigo de Kearsly acerca dessa essência. Sobre esse episódio, o autor informa seus leitores nos seguintes termos: “ao fazer vários experimentos, para minha grande satisfação, parecia ser o que eu tanto desejava” (1760, p. 6). Depois do resultado convincente, o autor insistiu com o amigo do livreiro para que tal descoberta fosse publicada “pelo bem da humanidade”. A publicação do panfleto sobre a essência do bálsamo seria uma forma de honrar o personagem não nomeado e seria uma “benção para o mundo” (1760, p. 6).

Foi, portanto, a partir desse contato com o seu novo amigo que ele decidiu comunicar “dois ou três fatos acerca desse nobre remédio” sobre o qual uma “grande parte do mundo” era, até então, “inteiramente ignorante” (CARTWRIGHT, 1760, p. 7). Além disso, outra razão para a publicação desse texto era evitar que outras pessoas fossem enganadas, como ele próprio havia sido, ao procurar o legítimo bálsamo. Em outras palavras, ele expressava o desejo de “colocar alguns cavalheiros engenhosos” para fazer experimentos, com a intenção de separar o verdadeiro bálsamo das “partes vis e nocivas” com o que ele era misturado antes de chegar à Inglaterra (1760, p.7-8).

Usos do bálsamo

Por ser considerado uma panaceia, a literatura fazia indicações variadas sobre o emprego desse bálsamo. Desse modo, era possível utilizá-lo de forma isolada, em combinação com outros ingredientes, em uso interno ou de forma tópica. Embora Galeno (129-c.216) tenha feito uma descrição breve sobre o bálsamo no texto escrito em grego e mais conhecido por sua tradução latina, “De simplicium medicamentorum temperamentis ac facultatibus”, esse médico apontou as propriedades da planta: quente e seca (TRUITT, 2009, p. 718). Por isso, era comum verificar a indicação do bálsamo para doenças consideradas frias e úmidas.

Quando comparamos as recomendações terapêuticas em Cartwright, nos boticários citados por ele e nos outros autores mencionados até aqui, fica evidente

a consonância de ideias entre eles. Além de conceituarem a planta de forma muito similar, e prescreverem seu uso, num primeiro momento, para doenças respiratórias, notamos uma frequente exaltação das características dessa planta. Quanto ao insucesso de sua eficácia, o argumento também era semelhante: isso se devia à adulteração recorrente na comercialização do bálsamo e nunca à própria droga, termo também empregado por Cartwright.

Esse autor não fez uma lista de receitas com essa planta, mas apontou algumas orientações gerais sobre o seu preparo e sua administração. A primeira sugestão tratava do uso interno. Para tanto, era necessário verter “sessenta gotas da essência” em um copo de água. Nesse caso, o efeito seria análogo à “natureza e propriedade do leite de jumenta” (CARTWRIGHT, 1760, p. 2). Esse preparo poderia ser administrado a pessoas de qualquer idade – com o cuidado de diminuir a dose para as crianças – e poderia ser ingerido várias vezes ao dia, afinal, essa mistura “acalma o estômago fraco e previne até mesmo doenças” (*Ibid.*, p. 2).

O caráter preventivo desse “leite balsâmico”, como nomeia o autor, se referia aos sujeitos de compleição fraca em contato com correntes de ar, pois esse preparo protegeria o “corpo contra os efeitos perniciosos dos ventos frios e sombrios” (CARTWRIGHT, 1760, p. 2). O resultado seria impedir tosses, além de evitar dores na região do tórax e dificuldades na respiração.

Na sequência, e pautando-se na autoridade de outros autores, o bálsamo de Gileade era indicado para o uso tópico. O exemplo vinha das “senhoras árabes”. Essas empregavam o bálsamo “externamente para suavizar e proteger a pele da violência dos ventos e do calor abrasador do sol” (CARTWRIGHT, 1760, p. 2). Além das virtudes do bálsamo, o seu odor agradável também contribuía para que fosse recomendado aos leitores. O preparo era o mesmo daquele de uso interno: sessenta gotas em água eram o suficiente para “lavar o rosto e o pescoço” (CARTWRIGHT, 1760, p. 2).

Algumas décadas antes, a nobre inglesa Mary Wortley Montagu (1689-1762), que viajara ao Império Otomano com seu marido e embaixador, Edward Montagu, escrevera sobre o assunto. Em carta datada de 17 de junho de 1717, Montagu fazia indicações sobre o “bálsamo de Meca”, após receber pedidos de “todas as senhoras de seu convívio em Londres e em Viena” para que enviasse potes desse unguento. Após ganhar de presente esse extrato e aplicá-lo em seu rosto, “esperando algum efeito maravilhoso”, Montagu acordou com o rosto in-

chado e vermelho, permanecendo “nesse lamentável estado” durante três dias, o que a manteve “muito doente” (MONTAGUE, 1763, v. 1, p. 133). Após esse período, Montagu ouvira das senhoras turcas que seu rosto havia sido “restaurado pela operação”, o que ela não percebia. De todo modo, ainda que não guardasse muita estima por “remédios dessa natureza”, a autora afirmava que o bálsamo recebia “aplausos universais” (MONTAGUE, 1763, v. 1, p. 132).

Cartwright não apenas lembrava a maneira como as “senhoras na Arábia” usavam o bálsamo, mas também tecia uma crítica às mulheres inglesas. O bálsamo era misturado com água para “suavizar e preservar a pele”, além de combater “espinhas e manchas” (1760, p. 18). Para o autor, isso era uma medida muito mais prudente do que aquela adotada na Inglaterra, onde as senhoras estavam quase totalmente destruindo sua saúde em razão do “costume pernicioso de [usar] loções com mercúrio” (CARTWRIGHT, 1760, p. 18). O seu conselho, portanto, era que o bálsamo fosse empregado, pois ele preservaria a pele e a tornaria mais bonita (*Ibid.*, p. 18)³.

Até o século XIX, seria possível encontrar referência sobre o uso do bálsamo na Europa. No caso da França, sabemos que, nesse período, além do trânsito de mercadorias, os próprios químicos turcos atuavam em Paris. Um deles era o senhor Ghalib, que havia se associado a um dos “mais experientes químicos em Paris”, construindo sua loja de “sabonete líquido para barbear e perfumar o corpo” (MARTIN, 2009, p. 147). Uma menção específica sobre o bálsamo pode ser identificada no jornal *Paris et ses modes*, quando se elogiava essa “mistura”, que era empregada como o “rouge das sultanas” e se resumia no “verdadeiro extrato de rosas orientais e bálsamo de Meca” (MARTIN, 2009, p. 148).

As várias indicações sobre a administração do bálsamo haviam sido incorporadas à teoria médica em voga nesse momento, ou seja, a medicina humoral. Ao indicar a flebotomia, para os casos de estado febril, Cartwright orientava que a retirada de sangue poderia ser feita antes ou em “qualquer momento” em que o paciente estivesse tomando a essência (CARTWRIGHT, 1760, p. 3). A combinação desse extrato com ingredientes já conhecidos na Europa também foi apontada nesse trecho, com a prescrição de combinação com ruibarbo, noz-moscada e canela.

3 O bálsamo de Meca foi também recomendado num preparo para combater manchas e rugas no livro de autoria anônima “Letters to the Ladies on the Preservation of Health and Beauty by a Physician” (1770).

Contudo, para aqueles que estivessem “extremamente doentes”, nem todos os alimentos deveriam ser empregados com o bálsamo. Licor de malte deveria ser evitado, pois causava fleuma. Vinho e licores também eram desencorajados. Do mesmo modo, não se estimulava o consumo de carne salgada. Alimentos de fácil digestão é que deveriam ser usados, como o leite. Mas, para os pacientes que o considerassem muito pesado, então, a solução era combinar o bálsamo com água fervente, ideal para “estômagos fracos” (CARTWRIGHT, 1760, p. 3).

Embora não fosse médico, Cartwright empregou o bálsamo no cuidado de um “jovem homem em visível declínio” (1760, p. 10). Ele seguiu as orientações de um médico, dissolveu o bálsamo na gema de um ovo, e administrou a mistura ao jovem três vezes ao dia. Mas ao fim de seis semanas, o autor encontrou o jovem em pior estado, o que o mortificou muito, e, em menos de duas semanas, o rapaz morrera (1760, p. 10). Importante notar a explicação que seguiu sobre esse caso. Ao conversar com o cirurgião, esse disse a Cartwright que ele não teria logrado sucesso de qualquer maneira, pois o bálsamo havia sido adulterado “visivelmente com óleo de alecrim e terebintina” (1760, p. 11).

Além das doenças do corpo, Cartwright também ressaltava a eficácia do bálsamo de Gileade contra os males do espírito. Nas palavras do autor, essa substância “remove desânimo de espírito, tremores, ansiedades, desordens hipocondríacas e nervosas, e toda aquela variedade de sintomas que indica uma constituição fraca e enferma” (CARTWRIGHT, 1760, p. 2). Essa recomendação para destemperos nervosos poderia ser encontrada, quase nos mesmos termos, na obra de um médico no final do século XVIII, num relato que enaltecia esse bálsamo como o “mais excelente remédio” (SOLOMON, s/d, p. 2).

As falsificações do bálsamo

Ao procurar o bálsamo verdadeiro em Londres, Cartwright notou que esse era escasso, e isso se devia às frequentes adulterações sofridas pela planta, misturada a “partículas nocivas” antes de ser vendida (CARTWRIGHT, 1760, p. 9). O que se vendia como “bálsamo de Gileade na Inglaterra” nada mais era do que terebintina com origem num abeto da América”, ele afirmava (*Ibid.*, 1760, p. 15). Desse modo, como havia sido informado pelo boticário que conheceu em Londres, seria em vão procurar pelo genuíno bálsamo nessa cidade (*Ibid.*, 1760, p. 10).

Esse fato o desapontou muito, pois o autor pretendia levar esse “excelente remédio” aos seus “vizinhos pobres no campo” (*Ibid.*, 1760, p. 10).

No caso da falsificação referente ao bálsamo usado pelo jovem rapaz, citado acima, Cartwright conversou com o cirurgião, consultado por ele durante esse processo, e, ao perguntar se seria possível ter acesso ao verdadeiro bálsamo, o homem teria respondido de forma “jocosa” que isso só ocorreria se Cartwright escalasse os muros da residência do sultão e roubasse a planta, sem ser visto, uma vez que os janízaros estariam presentes (CARTWRIGHT, 1760, p. 11).

Uma receita para verificar a procedência do bálsamo foi anunciada na sequência por Cartwright. Era preciso dispor de um pouco de água aquecida e derramar sobre ela algumas gotas do bálsamo. Se esse se espalhasse sobre toda a superfície, de modo a agregar todas as partículas, o que permitiria separá-lo da água “tocando em qualquer parte com um pedaço de pau”, poder-se-ia admitir a genuidade do bálsamo (CARTWRIGHT, 1760, p. 12). Antes dele, o citado botânico Lemery havia indicado esse procedimento, mas sem informar a temperatura da água (LEMERY, 1698, p. 70). A mesma receita para verificar a boa procedência do bálsamo apareceu também no texto do médico sueco Hasselquist, cuja primeira edição foi publicada em 1757⁴, contudo, a indicação é de que a água deveria estar “fresca” (1766, p. 293-294).

Já que a falsificação ocorria com frequência, Cartwright afirmava ser necessário separar o “espírito etéreo” do bálsamo das partes heterogêneas (1760, p. 12-13). Mas tal atividade exigia determinados conhecimentos químicos, o que seu amigo cirurgião disse não possuir. A única sugestão sobre tais conhecimentos químicos é feita na sequência, quando o autor indica a necessidade de um solvente [*menstruum*] para operar tal separação (CARTWRIGHT, 1760, p. 13). Afora essa alternativa, ele completava, se “algum químico engenhoso” tomasse o bálsamo em mãos “deveria ter grandes esperanças de sucesso” (*Ibid.*, 1760, p. 13).

Essas orientações sobre como obter o bálsamo genuíno eram endereçadas ao público em geral, mas também aos médicos, como podemos ler no apelo especial aos profissionais da medicina na seção “Para o leitor”. Como o autor lembrava, o conhecimento sobre “drogas reais e genuínas” era de preocupação dessa classe e estava diretamente relacionado à sua reputação. Afinal, qualquer equívoco

4 O livro foi editado por Carl Linnaeus, após a morte de Hasselquist em Esmirna, por tuberculose. Ver Troelsta, 2017, p. 195.

no preparo de remédios poderia custar a vida de um paciente e a ruína do médico que o tratava (CARTWRIGHT, 1760, p. 8).

Os saberes árabes-islâmicos na Europa

Diante das dificuldades em se obter o verdadeiro bálsamo e das frequentes falsificações verificadas no seu preparo, poderíamos nos perguntar sobre as razões que motivavam Cartwright e outros personagens a continuar buscando o “genuíno bálsamo”. O autor nos indica seus esforços nesses termos: “pareceu-me que uma das tarefas mais agradáveis em que o homem poderia se empenhar era apontar meios pelos quais muitos de seus semelhantes poderiam se livrar de males que por muito tempo se tornaram um fardo para si próprios, e que devem, em pouco tempo, levá-los ao túmulo” (CARTWRIGHT, 1760, p. 13).

Esse é um aspecto importante a ser considerado, quando estamos diante de um remédio encarado como uma panaceia, num período em que doenças conhecidas e outras recentes se espalhavam pela Europa. É certo que muitos médicos e leigos se opunham ao emprego de “drogas exóticas”. Contudo, para os defensores da medicina Hipocrático-Galênica, tanto sua “teoria quanto sua terapêutica eram universais”, tivessem os recursos médicos origem no “Mediterrâneo ou na Ásia Menor” (ELMER, GRELL, 2004, p. 337). Essa postura pode ser inferida a partir do texto de Cartwright, pois, conseguimos notar que o bálsamo era incorporado, sem dificuldades, aos princípios da medicina humoral, como a indicação da flebotomia, por exemplo.

Sabemos que a disseminação de conhecimentos médicos árabes ocorria na Europa desde o período medieval. É preciso ressaltar, de início, as traduções de textos árabes para o latim, como do influente “Cânone de Medicina” do já mencionado Ibn Sīnā, cujas impressões em latim entre 1500 e 1674 abarcaram, pelo menos, “60 edições do texto completo” (SIRAISI, 1987, p. 3). Ao seu lado, deve-se lembrar também a influência de técnicas cirúrgicas, como podemos ler na obra do cirurgião francês Guy de Chauliac, que, no século XIV, citaria Al-Tasrif “mais de 200 vezes” (ISLAM et al., 2015, p. 257). A farmácia foi outro ponto forte resultante do contato com os árabes, o que pode ser exemplificado pela ordem Beneditina, que adotou a “prática árabe de fazer tinturas” (HAYES, 2008, p. 17).

Entretanto, é preciso lembrar que durante todo esse período houve questionamentos, críticas e recusas na incorporação de ideias, técnicas e produtos que tivessem origem no Levante islâmico. Como exemplo, podemos citar a disseminação na Inglaterra das cafeterias – vistas como locais de subversão política e religiosa (PIERCE, 2015, p. 62) – e o posicionamento contra o “debilitante licor” servido nesses espaços, como se anunciava em um panfleto de 1674 (COWAN, 2005, p. 203). Adicione-se a isso o fato de que os europeus, na modernidade, teciam extensas críticas ao modo como as ciências eram praticadas entre os muçulmanos, apontando seu atraso nessa matéria em oposição aos avanços alcançados na Europa⁵. Os turcos, em especial, eram retratados pelos europeus setecentistas como um “povo estagnado, atrasado e corrupto” (ÇIRAKMAN, 2002, p. 105).

No panfleto de Cartwright, entretanto, nenhuma palavra pejorativa foi endereçada aos árabes ou aos turcos, povos que habitavam regiões em que o bálsamo havia crescido no passado e em que continuava a ser cultivado no momento em que ele escrevia. Nem mesmo uma possível origem judaica dessa planta foi defendida por esse autor, argumento que poderia aproximar a árvore da tradição cristã. O que lemos em Cartwright é mesmo uma defesa e um elogio do bálsamo de Gileade.

Uma das explicações para entendermos essa disseminada valorização do bálsamo pode ser buscada na corrente de transmissão de conhecimentos botânicos e médicos, que era remetido à Antiguidade clássica, e que gerava, portanto, confiabilidade sobre as ervas e drogas usadas pelos europeus nesse momento. Lembremos que para assegurar a eficácia do bálsamo, Cartwright mencionava as descrições feitas por outros europeus e não por escritores islâmicos.

Esse conhecimento médico que havia se construído e se consolidado durante séculos somava-se, no início da modernidade, à matéria de fato, ou seja, às observações e às experiências empíricas dos europeus em viagens pelo Levante islâmico, de modo que o testemunho passou a contribuir decisivamente para atestar a veracidade da situação narrada em várias áreas do conhecimento (SHAPIRO, 2000). Essas viagens tornavam-se, então, uma maneira de assegurar a existência, a eficácia e a autenticidade do bálsamo para os europeus que nunca haviam visto essa planta. A confirmação do local de origem do bálsamo foi apontada por

5 A crença na inventividade dinâmica da Europa *versus* a estagnação das regiões não-europeias ditou a historiografia sobre ciência e tecnologia desde então. Sobre isso, ver Hanna, 2014.

Cartwright a partir de um trecho do francês Pomet. Esse boticário citou uma senhora de sobrenome Villefavin, que, em 1687, havia recebido “quatorze onças” do bálsamo, vindas diretamente do “Grande Cairo” (CARTWRIGHT, 1760, p. 22).

A indicação de escritores confiáveis também foi uma prática adotada por Cartwright, uma vez que ele afirmava ter uma “vida reclusa, sem muita familiaridade com médicos, além de não ser “conhecido no mundo literário”, o que colocaria em xeque sua “autoridade”, caso fosse submetido a questionamentos críticos sobre a eficácia desse bálsamo (CARTWRIGHT, 1760, p. 18). Então, para assegurar a autenticidade do que ele escrevia, Cartwright insistia no argumento da autoridade, ou seja, de que havia consultado “dois ou três autores, cujas reputações já são estabelecidas, e cujas veracidades são indisputáveis” (*Ibid.*, 1760, p. 18). Os nomes citados, como vimos, eram todos europeus.

A longa tradição de publicações sobre o bálsamo de Gileade que, na modernidade europeia, se somava ao maior interesse em se estudar as sociedades islâmicas, pode ser um caminho para entendermos o tão ressaltado tom elogioso dispensado a essa planta. Afinal, personagens como Prospero Alpini, que viajara para o Egito, e, no seu retorno à Universidade de Pádua, lecionou botânica e medicina, além de se tornar “diretor do jardim botânico” em 1603 (EGERTON, 2012, p. 36), ajudaram a pavimentar um terreno de maior receptividade às espécies nativas do Levante islâmico.

Conclusão

Ao examinarmos o panfleto de Cartwright e verificarmos as informações sobre o “bálsamo de Gileade” em algumas obras que o precederam, fica evidente que essa planta desfrutava de destacada aprovação na Inglaterra e em outras regiões da Europa no século XVIII. Isso se sustenta pela visão positiva que encontramos nesses autores e pela defesa desse bálsamo como o remédio mais eficaz de que se tinha notícia até então. Embora houvesse um passado de representações pejorativas sobre os muçulmanos de forma geral, e sobre os turcos de modo particular, não encontramos objeções ou recusa ao uso do bálsamo em Cartwright e nos outros autores aqui mencionados. Diante da insistência na efetividade de tal substância e numa ausência de objeções e críticas por parte dos europeus, resta-

nos perguntarmos: o que contribuía para sustentar tamanha concordância sobre os efeitos de uma planta que tinha origem no Oriente e crescia, naquele momento, em solo islâmico?

Um dos primeiros elementos que ajudam a explicar tal situação era a tradição de saberes em torno dessa árvore. Diferentemente do café ou do método de variolização⁶, o uso do bálsamo desfrutava de uma longa tradição entre os cristãos e estava fortemente documentado na literatura. Desde as sociedades clássicas, era possível encontrar publicações sobre o bálsamo de Gileade, como vimos nos textos de Dioscórides e de Galeno. E ainda que “as ideias de Hipócrates e Galeno” estivessem sob ataque desde o século XVII (ELMER, GRELL, 2004, p. 190), sabemos que elas não haviam sido completamente abandonadas no século XVIII.

Outro dado importante a contribuir para justificar o uso desse bálsamo era a autoridade científica⁷. Citamos acima o botânico Carl Linnaeus, mas na Inglaterra especialmente notamos que houve publicações de instituições oficiais que validavam o uso do bálsamo, como o “Dispensário de Londres”, e dicionários médicos como o do doutor Robert James (1703-1776). Outro nome de destaque nesse período foi Hans Sloane (1660-1753), médico e naturalista nascido na Irlanda e que se tornou presidente tanto do “Royal College of Physicians” quanto da “Royal Society”. Na sua vasta coleção de espécimes, cujo número alcançou “71.000 objetos”, e que deu origem ao Museu Britânico (PROBERT, SIJPESTEIJN, 2022, p. 276), há uma entrada com o nome de Nicholas Waite e com a seguinte indicação: “Bálsamo de Gileade dado por um príncipe árabe a um amigo do sr. Nicolas Waite nas Índias Orientais, o qual me entregou como o verdadeiro bálsamo de Gileade” (PICKERING, 2016, p. 153). Como esse caso revela, o uso do testemunho para atestar a fidedignidade sobre determinado evento ou objeto se revelava um instrumento importante nesse momento.

A aceitação – para não dizermos popularidade – entre certas classes mais abastadas da Inglaterra foi outro ponto forte a sustentar a defesa do uso do bálsamo. Essa exaltação da droga foi apontada por Cartwright e podemos notar a mesma posição em outras publicações inglesas, como a de Samuel Solomon, apontada

⁶ Discuti essa questão no artigo “Mary Montagu e a inoculação da varíola na Inglaterra no século XVIII. *Khronos*, n. 5, p. 35-46, 2018: <https://www.revistas.usp.br/khronos/article/view/142399>.

⁷ Cartwright buscou diferenciar os médicos e outros profissionais confiáveis daqueles que eram considerados charlatães, ou seja, ele refletia uma discussão social que criara uma “hierarquia médica baseada no elitismo educacional e institucional” (Benjamin In: Cunningham, French, 1990, p. 178).

acima. Para citarmos mais um exemplo, é digno de nota o livro do médico Hugh Smith (c.1736-1789), intitulado “Letters to married women on nursing and the management of children”. Talvez aproveitando as seguidas edições do seu texto – foram seis na Inglaterra até 1792, além das traduções para o francês e para o holandês –, o doutor Smith inseriu uma indicação sobre o bálsamo de Gileade, essa substância que “excedia todas as outras coisas já descobertas em matéria médica”. E aproveitou para anunciar que vendia cada garrafa do preparado por “cinco xelins e cinco centavos, incluindo-se o selo postal” (SMITH, 1792, p. 239).

Merece destaque, ainda, o fato de um homem do interior da Inglaterra, sem maiores conhecimentos médicos, e que não nutria relações com cavalheiros que tivessem viajado para o Levante islâmico ou que demonstrassem conhecimentos sobre essa região, revelar tamanho interesse por uma planta, a ponto de considerar relevante publicar um panfleto sobre ela. Se fosse uma obra isolada, poderíamos acreditar no interesse pessoal de seu autor, mas, como verificamos que vários outros nomes se debruçaram sobre esse assunto, é de se supor que o “bálsamo de Gileade” desfrutasse de certa popularidade na Inglaterra desse período.

Por fim, há historiadores contemporâneos que levantaram suspeitas sobre personagens envolvidos na preparação e na venda do bálsamo, acusando-os de charlatanismo. Esse é o caso, por exemplo, do já mencionado Samuel Solomon, que conquistou “fama e fortuna” ao comercializar essa panaceia (SIVAN, 2009, p. 31). Contudo, essa não parecia ser a avaliação da época. Afinal, o extrato dessa planta continuava a ser listado na edição da “London Pharmacopoeia” de 1746, momento em que esse dispensário sofrera uma “reforma”. O bálsamo de Gileade não apenas era indicado na obra como também era inserido em uma receita de mitridato e na receita de teriaga de Veneza (PEMBERTON, 1746, p. 340 e p. 343).

Até o século XIX, e mesmo durante o século XX, seria possível encontrar viajantes europeus em regiões islâmicas reportando o uso do bálsamo de Gileade em suas publicações (MILWRIGHT, 2003, p. 197). O comércio na Europa poderia apresentar sinais de queda, mas a planta continuava a ser usada. John Cartwright nomeou o bálsamo de o “mais soberano remédio no mundo” (1760, p. 17), capaz, portanto, de operar o restabelecimento diante dos mais diferentes males. Para os olhares contemporâneos, um exagero, mas, para aqueles e aquelas que

viviam o medo de serem acometidos por doenças desconhecidas e terem suas vidas ceifadas, era uma esperança de cura.

Referências

A PHYSICAL *Dictionary*. Or, An Interpretation of Such Crabbed Words and Terms of Art, as are Deriv'd from the Greek Or Latin, and Used in Physick, Anatomy, Chirurgery, and Chymistry. London: G. Dawson for John Garfield, 1657.

A PHYSICIAN. *Letters to the Ladies on the Preservation of Health and Beauty by a Physician*. London: Printed for Robinson and Roberts at n° 25, Pater-Noster Row, 1770.

BEN-YEHOSHUA, Shimshon, BOROWITZ, Carole, HANUŠ, Lumír O. Frankincense, Myrrh, and Balm of Gilead: Ancient Spices of Southern Arabia and Judea. *Horticultural Reviews*, v. 39, p. 1-76, 2012.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BOORDE, Andrew. *The Breuiarie of health: wherin doth folow, remedies, for all maner of sicknesses & diseases, the which may be in man or woman. Expressing the obscure termes of Greke, Araby, Latin, Barbary and English, concerning Phisick and Chirurgerie*. Compyled by Andrew Boord, Doctor of Phisicke: an English-man. London: by Thomas East, 1587.

BOYAR, Ebru, FLEET, Kate. *A Social History of Ottoman Istanbul*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CARTWRIGHT, John. *An Essay upon the virtues of Balm of Gilead*. London: Printed for G. Kearsy, at the Golden Lion in Ludgate-Street, 1760.

CHAKRABARTI, Pratik. *Medicine and Empire, 1600-1960*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

ÇIRAKMAN, Aslı. *From the “terror of the world to the “sick man of Europe”*: European Images of Otoman Empire and Society from the sixteenth century to the nineteenth. New York: Peter Lang Publishing, 2002.

COWAN, Brian. *The social life of coffee: the emergence of the British coffeeshouse*. New Haven/London: Yale University Press, 2005.

CULPEPER, Nicholas, COLE, Abdiah, ROWLAND, William. *The Practice of Physick, in Seventeen several Books wherein is plainly set forth the nature, cause, differences, and several sorts of signs: together with the cure of all diseases in the body of man.* London: Printed by Peter Cole in Leaden-Hall, and are to be sold at his Shop, at the sign of the Printing-press in Cornhil, 1655.

CUNNINGHAM, Andrew, FRENCH, Roger (ed.). *The Medical Enlightenment of the Eighteenth Century.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DALBY, Andrew. *Dangerous Tastes: The Story of Spices.* Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000.

DIOSCORIDES. *De Materia Medica.* Johannesburg: Ibidis, 2000.

EGERTON, Frank. *Roots of Ecology.* Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2012.

ELMER, Peter, GRELL, Ole Peter (ed.). *Health, disease and society in Europe, 1500-1800.* Manchester/New York: Manchester University Press, 2004.

FIRGES, Pascal W. et al (ed.). *Well-connected domains: Towards an Entangled Ottoman History.* The Ottoman Empire and its Heritage, Volume: 57. Leiden, Boston: Brill, 2014.

FREEDMAN, Paul. *Out of the East: Spices and the Medieval Imagination.* New Haven: Yale University Press, 2008.

HANNA, Nelly. *Ottoman Egypt and the emergence of the Modern World, 1500-1800.* Cairo/New York: The American University in Cairo Press, 2014.

HASSELQUIST, Frederick, M.D. *Voyages and Travels in the Levant in the Years 1749, 50, 51, 52.* London: Printed for L. Davis and C. Reymers, 1766.

HAYES, A. Wallace. *Principles and Methods of Toxicology.* 5th edition. Boca Raton: CRC Press, 2008.

LEMERY, Nicolas. *Dictionnaire universel des drogues simples.* à Paris, Chez D'Houry, 1698.

MONTAGUE, Lady Mary Wortley. *Letters of the Right Honourable Lady M_y W_y M_ε: written during her Travels in Europe, Asia and Africa.* Volume I. London: Printed for T. Becket and P. A. de Hondt, 1763.

MARTIN, Morag. *Selling Beauty: Cosmetics, Commerce, and French Society, 1750-1830.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

MATAR, Nabil. *Europe through Arab Eyes, 1578-1727*. New York: Columbia University Press, 2009.

MILWRIGHT, Marcus. *The Queen of Sheba's Gift: A History of the True Balsam of Matarea*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

_____. The balsam of Matariyya: an exploration of a medieval panacea. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, v. 66, n. 02, p. 193-209, 2003.

MURTHY, Hosakatte N. (ed.). *Gums, Resins and Latexes of Plant Origin*. Chemistry, Biological Activities and Uses. Cham: Springer, 2022.

OSBORNE, John W. *John Cartwright*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

PEMBERTON, H., M.D. *The dispensatory of the Royal College of Physicians, London, translated into English with remarks, etc.* London: Printed for T. Longman and T. Shewell, at the Ship in Paternoster-Row; and J. Nourse, at the Lamb, over against Katherine-street in the Strand, 1746. Disponível em:

<https://archive.org/details/b30521932_0001/page/n5/mode/2up?q=gilead>.

PICKERING, Victoria Rose M. *Putting nature in a box: Hans Sloane's 'Vegetable Substances' collection*. Thesis in Philosophy. London: Queen Mary University of London, 2016.

PIERCE, Mary L. *Controversy in seventeenth-century English coffeehouses: transcultural interactions with an Oriental import*. PhD Dissertation (History). Tucson: University of Arizona, 2015.

POMET, Pierre. *Histoire Generale des Drogues*. À Paris: Chez Jean-Baptiste Loyson & Augustin Pillon, sur le Pont au Change, à la Prudence, 1694.

PROBERT, Marcela A. G., SIJPESTEIJN, Petra (ed.). *Amulets and talismans of the Middle East and North Africa in context: transmission, efficacy and collections*. Leiden studies in Islam and society. v. 13. Leiden/Boston: Brill, 2022.

SAKHNINI, Mohammad. Eighteenth-Century European Medical Encounters with The Ottoman Levant. *Tarih Dergisi - Turkish Journal of History*, n. 73, p. 77-101, 2021.

SALMON, William. *Pharmacopeia Londinensis, or, the New London Dispensatory*. The Second Edition. London: Printed for Th. Dawks, Th. Basset, Fo. Wright and Ri. Chiswell, 1682.

SCHMITT, Flávio. A Bíblia do Conto de Aia, *Teoliteraria - Revista de Literaturas e Teologias*, PUC-SP, v. 11, n. 25, p. 52-71, 2021.

SHAPIRO, B. J. *A Culture of Fact, England 1550-1720*. Ithaca/London: Cornell University Press, 2000.

SIRAIISI, Nancy G. *Avicenna in Renaissance Italy: The Canon and Medical Teaching in Italian Universities after 1500*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

SIVAN, G. Samuel Salomon (1745-1819): quack or entrepreneur? *Jewish Historical Studies*, v. 42, p. 23-51, 2009.

SMITH, Hugh, M.D. *Letters to married women on nursing and the management of children*. The sixth edition. London: Printed for C. and G. Kearsley, n. 46, Fleet-Street, 1792.

SOLOMON, S. *An account of that most excellent medicine, the cordial balm of Gilead, which is prepared (only) by S. Solomon, M.D.* Liverpool: At Solomon's-Place, s/d. Disponível em: <<https://wellcomecollection.org/works/t46e5hjs/items?canvas=1>>.

THE Holie Bible: conteynyng the Olde Testament and the Newe. London: Imprinted by R. Iugge, Printer to the Queene, 1568.
Disponível em: <<https://archive.org/details/holiebiblecontey00lond>>.

TOLAN, John V. *Faces of Muhammad: Western perceptions of the prophet of Islam from the Middle Ages to today*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2019.

TOURNEFORT, Joseph Pitton de. *Traité de la matiere medicale, ou L'Histoire et l'usage des medicamens, et leur Analyse Chymique*. Tome II. Paris: Chez Laurent D'Houry, 1717.

TROELSTRA, Anne S. *A Bibliography of natural history travel narratives*. Leiden: Brill, 2017.

TRUITT, Elly R. The Virtues of Balm in Late Medieval Literature. *Early Science and Medicine*, v. 14, p. 711-736, 2009.

WHALEY, Leigh. *Women and the Practice of Medical Care in Early Modern Europe, 1400-1800*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.